

ERIKA MENEZES DE OLIVEIRA
IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA
LEANE BARROS FIÚZA DE MELLO
LIGIA VALENTE DO COUTO DE ANDRADE FERREIRA
LILIAN VIANA FREIRE
MONICA REI MOREIRA FREIRE
MYRNA GOUVEIA DOS SANTOS
NATANAEL CARDOSO LEITÃO
PATRICIA DE FÁTIMA DE CARVALHO ARAÚJO FRANCO COSTA
PRISCILLA TEREZA DE ARAÚJO COSTA
ROBERTO ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA
ROSILENE DE FÁTIMA LOURINHO DOS SANTOS
SILVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU MILÉO
TATIANA FERREIRA GRANHEN
VIVIANE VERAS DE PAULA COUTO

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 2 de setembro de 2014.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional, com delegação de Procurador-Geral de Justiça (PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 5665/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E :

AUTORIZAR a Promotora de Justiça DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS para, sem ônus para o Ministério Público do Estado do Pará, participar da VI Conferência dos Advogados do Estado do Pará, no período de 10 a 12/9/2014, nesta Capital.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 3 de setembro de 2014.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional, com delegação de Procurador-Geral de Justiça (PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 5673/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E :

AUTORIZAR o 2º Sargento PM MANOEL FREITAS DE MOURA, a se deslocar desta Capital ao município de Santa Isabel do Pará, no dia 7/8/2014, a fim de realizar a segurança pessoal da Promotora de Justiça Cristina Maria de Queiroz Colares.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 3 de setembro de 2014.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional, com delegação de Procurador-Geral de Justiça (PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 5759/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 1367/2014-MP/PGJ, de 26/2/2014, publicada no D.O.E. de 13/3/2014, que concedeu Licença para tratar de Interesses Particulares, pelo período de 05 (cinco) meses, sem remuneração, no período de 26/3/2014 a 26/8/2014,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 34235/2014, em 18/8/2014, CONSIDERANDO o disposto do Art. 93, §1º, da Lei Estadual nº 5.810/1994, de 24/1/1994,

R E S O L V E :

INTERROMPER, a pedido, a Licença para Tratar de Interesses Particulares, concedida ao servidor NELSON ELIAS DE SOUSA, Motorista, mediante PORTARIA Nº 1367/2014-MP/PGJ, de 26/2/2014, a contar de 18/8/2014.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de setembro de 2014.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 6151/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do Ofício nº 136/2014/CRAPSII, de 5/9/2014, protocolizado sob o nº 38395/2014, em 9/9/2014,

R E S O L V E :

I - DISPENSAR a Promotora de Justiça ROSANGELA ESTUMANO GONCALVES HARTMANN das funções de Coordenador das Promotorias de Justiça da Região Administrativa Sudeste II - Redenção, designada pela PORTARIA Nº 6647/2013-MP/PGJ, de 24/10/2013, a contar de 5/9/2014.

II - LOUVAR a colaboração, a competência, a dedicação e a lealdade com que a Doutora Rosângela Estumano Gonçalves Hartmann se houve no desempenho das atribuições da referida função.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 22 de setembro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAÍA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 6309/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E :

CONCEDER à Promotora de Justiça SILVIA BRANCHES SIMOES licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 22 a 28/9/2014, com fulcro no art. 132, inciso I, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 26 de setembro de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAÍA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Técnico-Administrativa, com delegação de Procurador-Geral de Justiça (PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 268/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E :

CONCEDER Licença Paternidade ao Promotor de Justiça GILBERTO LINS DE SOUZA FILHO, de acordo com o artigo 134, da Lei Complementar nº 057/2006, de 6/7/2006, no período de 4 a 13/12/2014.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 26 de Janeiro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 3207/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E :

CONCEDER aos membros abaixo discriminados licença por motivo de doença em pessoa da família, com fulcro no art. 132, inciso I, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

PROTOCOLO	NOME	PERÍODO
22936/2015	CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO	26/5 a 9/6/2015
22193/2015	EDIVAR CAVALCANTE LIMA JUNIOR	23/4 a 19/5/2015

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 1º de junho de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 593576

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PGJ - ELEIÇÃO 2020 - EDITAL E CALENDÁRIO ELEITORAL

ELEIÇÃO PARA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ELEIÇÃO PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO SUPERIOR

E D I T A L

Pelo presente Edital, e em conformidade com o disposto no artigo 10, § 2º e seus incisos, c/c o art. 25, e seus incisos, da Lei Complementar nº 057, de 6 de Julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), e suas alterações posteriores, torno público que a eleição destinada à formação da lista tripartite para a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, para o mandato de 10/04/2021 a 10/04/2023, e a eleição para membros efetivos do Conselho Superior do Ministério Público para o mandato de 01/01/2021 a 31/12/2022, serão realizadas, observado o devido processo legal estabelecido nos citados artigos 10 e 25 da referida Lei Complementar, no dia 04 de Dezembro de 2020, no edifício-sede do Ministério Público, na Rua João Diogo nº 100, na cidade de Belém, no horário das 08:00 às 16:00 horas, sob a presidência da Comissão Eleitoral composta, na forma do disposto no art. 10, § 2º, inciso IV, da mencionada Lei Complementar, pelos Procuradores de Justiça mais antigos na carreira e pelo Promotor de Justiça mais antigo na terceira entrância, que aceitarem o encargo. Belém/PA, 23 de Outubro de 2020

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Publicado no DOE de 27/10/2020

ELEIÇÃO PARA PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ELEIÇÃO PARA MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO SUPERIOR

(LEI COMPLEMENTAR Nº 057, DE 6 DE JULHO DE 2006 – ART. 10)

CALENDÁRIO ELEITORAL

07/06/2020 (domingo) – Cento e oitenta (180) dias antes do pleito:

– Data limite para que o membro do Ministério Público afastado da carreira que quiser ser candidato a ela retornar (inciso XII, "a" do § 2º).

23/10/2020 (sexta-feira) – Edital informando a data e local da eleição (inciso II e IV do § 2º).

27/10/2020 (terça-feira) – Publicação do Edital no Diário Oficial do Estado (inciso II do § 2º).

29/10/2020 (quinta-feira) – Quarenta e oito (48) horas seguintes à publicação do Edital:

– Encerramento do prazo para a Instalação da Comissão Eleitoral (inciso VI do § 2º).

04/11/2020 (quarta-feira) – Trinta (30) dias antes do pleito:

– Data limite para a desincompatibilização de ocupante de cargo de representação classista ou de cargo eletivo ou de confiança nos órgãos de Administração Superior do Ministério Público, que desejarem ser candidatos (inciso XII, "b", do § 2º com redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 17 de agosto de 2016);

– Data a partir da qual são vedados (inciso XXX do § 2º):

a) a promoção, a realização ou o patrocínio, por qualquer órgão do Ministério Público, de congressos, seminários, cursos, reuniões de polo e outros eventos abertos à participação de membros e servidores da instituição; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 17 de agosto de 2016)

b) a cessão ou a utilização de bens móveis ou imóveis pertencentes ao